

20 de abril de 2017 ▶ Ano 2 - Edição 14

Câmara Federal aprova pedido de urgência à proposta de Reforma Trabalhista

Na noite de quarta-feira, 19, o plenário aprovou pedido de urgência, impossibilitando pedido de vista e emendas ao texto.

Na noite do dia 19, o plenário aprovou por 287 votos a 144, o regime de urgência para o **PL 6787/2016**, acelerando a tramitação da matéria. O relatório apresentado na Comissão Especial mantém a prevalência dos acordos coletivos em relação à lei, conforme previsto no texto original da proposição, acrescentando outras modificações, como regras para o teletrabalho e o trabalho intermitente. O relator da Reforma Trabalhista, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) havia apresentado, no último dia 12, à Comissão Especial, o parecer preliminar do projeto, em que propunha salvaguardas ao trabalhador e o fim da obrigatoriedade da

contribuição sindical. A Fecomércio-RS, por meio do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), apresentou emendas antes da votação para aprimorar o projeto.



Governo pretende mudar regra de transição da Reforma da Previdência

Foi apresentado na terça-feira, 18, relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS/BA) sobre a Reforma da Previdência, PEC nº 287/2016. Na última semana, o relator anunciou, em uma versão preliminar aos líderes de partidos de base do governo, mudanças que eliminam a idade mínima

para que uma pessoa entre na regra de transição. A nova proposta prevê que o cidadão cumpra um pedágio de 50% do tempo de contribuição calculado pelas regras atuais. E expectativa é de que o relatório seja votado somente em maio.

Aprovado plano de trabalho para avaliação do Simples Nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou no dia 11, o plano de trabalho apresentado pelo senador José Pimentel (PT/CE) para avaliação de política pública sobre o Simples Nacional. O que deve ser avaliado são os impactos sobre a geração de empregos, redução da informalidade, o aumento da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, e o incentivo ao empreendedorismo e à inovação. A avaliação é prevista na

Resolução 44/2013, que alterou o Regime Interno do Senado Federal.



Votação do Piso Regional é adiada

O **PL 9/2017**, que prevê reajuste do Piso Regional no Rio Grande do Sul não foi votado na última terça-feira, 19, em razão da falta de quórum na Assembleia Legislativa. Sem parlamentares suficientes, a base do governo optou por não confirmar presença. Será votado, primeiramente, requerimento de preferência para votação da íntegra do texto enviado pelo Poder Executivo. Caso aprovado este requerimento, a emenda apresentada pelos deputados Elton Weber (PSB), Álvaro Boessio

(PMDB) e Stela Farias (PT), que reajusta o Piso Regional em mais de 8,0%, será prejudicada.

A Fecomércio-RS encaminhou posicionamento aos deputados estaduais, bem como realizou diversas visitas aos parlamentares, demonstrando os efeitos perversos da manutenção do piso regional no Rio Grande do Sul.

A perspectiva, agora, é de que a votação deverá ocorrer na próxima semana.